

EUA - a politização do sistema estatístico



Por **MARCIO POCHMANN***

Conhecimento da realidade e a independência técnica estatística como pilares da democracia.

“A democracia morre na escuridão sem estatísticas oficiais”
(Comissão Econômica das Nações Unidas para Europa).

O sistema estatístico oficial funciona como um espelho da realidade, embora seja também parte constitutiva dela. Em contextos autoritários, por exemplo, a manipulação dos dados estatísticos tem sido um dos instrumentos adotados para ocultar a verdade, justificando a fabricação de falsa realidade como ferramenta do domínio de consensos improváveis.

Sob tais contextos políticos autoritários, a estatística desloca-se da neutralidade científica para se moldar à omissão e/ou distorção da realidade, atendendo, assim, ao propósito da vigilância, controle e propaganda.¹ Ainda que não seja exclusiva do autoritarismo, a manipulação estatística com a falsificação de dados da realidade se fez presente no controle e propaganda dos regimes nazifascistas durante a primeira metade do século XX.

Tanto o nazismo na Alemanha quanto o fascismo na Itália utilizaram o aparato estatal e o sistema estatístico como meio da engenharia social para a ocultação de crimes e a legitimação pseudocientífica das políticas repressivas, racistas e expansionistas. No regime nazista, a estatística serviu para identificar, classificar e eliminar populações consideradas indesejáveis, como nos censos demográficos de 1933 e 1939 que terminaram embasando as Leis de Nuremberg constitutivas da estrutura legal para a perseguição sistemática dos judeus na Alemanha desde 1935.

Para isso, a colaboração entre o governo alemão e a Dehomag, subsidiária da IBM, por exemplo, possibilitou o uso das máquinas de tabulação que cruzavam dados populacionais com eficiência inédita. No Relatório Korherr (1943), elaborado pela SS nazista (Esquadrão de Proteção), definiu a diminuição da população judaica com o eufemismo da evacuação, camuflado na técnica do genocídio.

No caso do fascismo italiano, houve no governo de Benito Mussolini registros de manipulação de dados econômicos e demográficos na tentativa de construir a imagem de uma Itália próspera e em expansão. As estatísticas sobre natalidade e produção industrial, por exemplo, também foram infladas, enquanto os dados sobre a fome e o desemprego eram suprimidos.

O caso recente dos Estados Unidos

O sistema estatístico dos Estados Unidos é um dos mais antigos e complexos do mundo. Sua criação e evolução refletem às demandas crescentes por dados para a formulação de políticas públicas, planejamento econômico e governança democrática que passaram a ocorrer concomitante com a própria consolidação do Estado nacional.

Em 1790, apenas 14 anos após a Independência nacional, em 1776, os EUA constituíram o seu sistema estatístico oficial com a realização do primeiro censo demográfico. Naquela época, o censo foi conduzido pelo Departamento de Estado sob a ordem constitucional que exigia a contagem da população a cada 10 anos para definir a representação política no Congresso Nacional. Meio século depois, em 1840, o censo começou a coletar dados sobre economia e indústria, e, em 1890, o censo passa a ser processado com máquinas tabuladoras (Herman Hollerith, precursora da IBM).

A partir da década de 1930, com a experiência do *New Deal*, o sistema estatístico oficial se fortaleceu com a expansão das pesquisas e especialização institucional favoráveis ao embasamento da diversidade das políticas públicas (saúde, educação, criminalidade, transportes, agricultura, entre outras). A descentralização do sistema estatístico oficial ganhou impulso com várias agências federais sendo constituídas para atender a diversidade temática das políticas públicas.

Em 1997, por exemplo, o *Office of Management and Budget* (OMB) passou a coordenar o sistema estatístico nacional constituído por um grupo de 13 principais agências estatísticas federais (*Census Bureau*, *Bureau of Labor Statistics*, *Bureau of Economic Analysis*, *National Center for Health Statistics*, *National Center for Education Statistics*, entre outras).

Dessa longa trajetória, destacam-se as tentativas mais recentes de politização do sistema estatístico oficial dos EUA. No censo demográfico de 2020, por exemplo, ocorreu a tentativa do governo de Donald Trump de incluir perguntas sobre cidadania, vista como possibilidade de desestimular respostas de imigrantes, o que recebeu uma forte oposição técnica do *Census Bureau* e ação judicial da Suprema Corte para impedir a medida governamental.

Durante a pandemia da COVID-19, as tentativas de interferência sobre os dados de saúde, especialmente sobre contágios e mortes, também receberam pressão da sociedade científica e cobertura midiática, necessárias para manter a transparência das estatísticas oficiais. Além disso, foram sucessivos os constantes cortes e atrasos orçamentários às pesquisas durante o primeiro governo de Donald Trump.

Desde 2025, uma nova rodada de politização sobre o sistema estatístico oficial dos EUA ganhou mais força. Logo em janeiro do mesmo ano, a renúncia antecipada de Robert Santos do cargo de diretor do *US Census Bureau* que havia assumido em 2022 trouxe preocupações sobre a continuidade dos trabalhos do bureau em um momento crucial para a organização da próxima contagem populacional de 2030.

Seis meses depois, em julho de 2025, o presidente dos Estados Unidos demitiu a comissária do *Bureau of Labor Statistics* (BLS), Erika McEntarfer que havia iniciado no cargo em 2024, após a divulgação de dados que mostraram a desaceleração do emprego. O presidente Donald Trump acusou a chefe do *Bureau of Labor Statistics*, sem provas, que os números divulgados eram “manipulados para prejudicar os republicanos e a mim”, defendendo que a dinâmica da economia dos EUA não justificaria os dados estatísticos sobre empregos no país.

Agora em agosto, mais um ato de intervenção arbitrária no sistema estatístico dos Estados Unidos, com a ordenança do presidente Donald Trump ao Departamento de Comércio para iniciar os trabalhos preparativos do novo censo demográfico para 2030 com a exclusão dos imigrantes indocumentados. Com isso, a independência do *US Census* e a sua autonomia técnica – necessária do sistema estatístico daquele país – são esvaziadas. Também representa um afastamento significativo do processo estipulado pela Constituição, com potenciais consequências para a alocação de cadeiras no Congresso e verbas federais aos estados.

Experiência brasileira

O Brasil incorporou no sistema estatístico oficial as pesquisas amostrais e de contagens nacionais tardiamente, mantendo desde a sua criação, em 1871, o foco nas operações censitárias. Destaca-se que a origem das pesquisas amostrais no mundo remonta ao final do século XVIII, quando Pierre Laplace estimou, em 1786, a população da França por meio de uma amostra, enquanto Alexandre Chuprov introduziu, na década de 1870, os inquéritos ancorados em métodos representativos da população na Rússia Imperial.

Mas foi no final da primeira metade do século XX que as pesquisas amostrais ganharam espaço nos sistemas estatísticos oficiais, como no ano de 1947 que marcou o início das pesquisas por amostragem nos Estados Unidos (*Current Population Survey*).²

Também no que diz respeito à definição e cálculo da taxa de inflação, observa-se que as primeiras metodologias foram adotadas no final do século XIX com o surgimento do índice de preços enquanto medida de variações proporcionais do conjunto amostral de preços ao longo do tempo. Partindo-se de pesquisas que definem uma cesta de consumo e a composição dos orçamentos familiares, o índice de preços ao consumidor (IPC) tem por objetivo medir as variações nos preços de bens e serviços consumidos pelas famílias, permitindo o conhecimento de quanto as suas variações afetam o poder de compra real da renda dos consumidores e do seu bem-estar.

Os IPCs têm uma longa história. Os índices de Laspeyres e Paasche, ainda amplamente utilizados hoje, foram propostos pela primeira vez na década de 1870. Mas coube ao *Bureau of Labor Statistics* (BLS) dos Estados Unidos desempenhar um papel fundamental desde o ano de 1902, quando passou a publicar o índice de preços no atacado coletados desde 1891 e, após 1912, os índices de preços ao consumidor. Para isso, tornou-se necessária a coleta sistemática do conjunto amostral de preços da cesta de bens e serviços comprados para fins de consumo pelas famílias realizada a partir da amostra de estabelecimentos de varejo e serviços.³

Por fim, mas não menos importante, ressalta-se a que as primeiras tentativas de apresentação da contabilidade nacional ocorreram por iniciativa individual de pesquisadores do século XVII até a maior parte do século XIX, visando estimar a renda nacional e a riqueza dos países. Coube à William Petty, em 1665, oferecer para a Inglaterra a contabilidade nacional, enquanto Arthur Young, durante a década de 1770, estimou o valor agregado na Inglaterra.

Outros países foram introduzindo a contabilidade da renda nacional no sistema estatístico oficial, como em 1886 na Austrália, em 1925 no Canadá e na União Soviética, em 1929 na Alemanha, em 1931 na Holanda, em 1934 nos Estados Unidos, entre outros países. Mas o primeiro padrão global de contas nacionais somente surgiu no informe de 1947 do Subcomitê de Estatísticas da Renda Nacional pertencente ao Comitê de Especialistas em Estatística das Nações Unidas sob a liderança de Richard Stone. Assim, o sistema de contas nacionais se tornou público em 1953, com a iniciativa da Comissão Estatística das Nações Unidas de criar dados econômicos comparáveis internacionalmente, fundamentais para atender às necessidades de formulação de políticas governamentais e intergovernamentais.⁴

Apesar disso, o sistema estatístico oficial no Brasil constituído na década de 1870, com a criação da Diretoria-Geral de Estatística (DGE), em 1871, e a realização do primeiro censo demográfico no ano de 1872, manteve-se distante da realização de pesquisas amostrais e das contas nacionais. Até o final da década de 1920, por exemplo, coube à Diretoria-Geral de Estatística responder pela produção dos dados oficiais por meio tanto dos censos demográfico e agropecuário como do Anuário Estatístico do Brasil.

Com o surgimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico, em 1938, a partir do Instituto Nacional de Estatística criado em 1934, o foco da instituição permaneceu na produção ampliada dos censos demográficos e econômicos e dos anuários estatísticos. Somente a partir da segunda metade da década de 1960 que o IBGE passou - ainda que gradual e tardiamente - a incorporar a metodologia de pesquisas amostrais domiciliares e de preços, bem como a realização das contas nacionais.

Diante da longa ausência do IBGE nas pesquisas amostrais e contas nacionais, o sistema estatístico oficial terminou sendo parcialmente preenchido pelo setor privado, com riscos inerentes e constitutivos. No caso das medidas oficiais de inflação e do Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), uma instituição privada fundada em dezembro de 1944 por decreto-lei do Estado Novo (1937-1945), terminou sendo responsável até os anos de 1980.

Desde o final da década de 1940, a FGV concebeu o Índice Geral de Preços (IGP) para ser uma medida de comportamento

abrangente da inflação em diferentes setores de atividade econômica. Em resumo, a composição da média aritmética ponderada do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC).

Nos anos de 1970, por exemplo, a taxa de inflação sofreu o impacto da intervenção dos governos da Ditadura Civil Militar (1964-1985). De um lado, a adoção de medidas voltadas ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, local da coleta dos preços dos gêneros alimentícios para o cálculo do índice oficial de inflação, bem como a oferta de crédito a setores econômicos em troca de menores reajustes de preços.

De outro, a manipulação propriamente dita, como no ano de 1973, quando a inflação oficial foi definida em 13,7%, enquanto o índice correto foi 26,6%. No início dos anos de 1980, a taxa de inflação sofreu expurgos de itens com maior aumento de preços, o que definia a manipulação à época como ajustamento nos índices de preços.⁵

Em relação ao cálculo do PIB, nota-se também a estranha interferência externa. No período em que as contas nacionais eram construídas pela FGV entre 1947 e 1980, por exemplo, uma parte da economia, como a parcela expressiva do setor terciário (serviços governamentais e financeiros e os aluguéis) terminou não sendo incluída no cálculo do PIB.

Em função disso, o questionamento se estabeleceu em torno da superestimativa do próprio crescimento da economia no período. Também em relação à “mudança metodológica” realizada em 1969 pela FGV houve desconfiância a respeito do crescimento muito acelerado do PIB durante a fase mais brutal da ditadura civil-militar.⁶

O IBGE, um órgão de Estado, sob ataque

Após duas décadas de estabilidade institucional, com a troca de somente 4 presidentes (1995-2015), o IBGE percorreu uma profunda instabilidade, com o registro de cinco presidentes no período de apenas seis anos (2016-2022). Em função disso, a maior e mais importante instituição pública de pesquisa do Brasil conviveu com o esvaziamento de sua força de trabalho diante da ausência de concursos públicos, concomitante com a redução tanto do poder aquisitivo das remunerações – sem adequados reajustes salariais – como dos recursos orçamentários para a realização plena das pesquisas e estudos.

A novela do Censo Demográfico somente realizado em 2022, elucida o descaso governamental da época com o conhecimento da realidade e a independência técnica estatística do IBGE.

Desde 2023, contudo, o IBGE conta com a nova gestão que vem acompanhada da realização do maior concurso público dos quase 90 anos de existência, a recuperação do poder aquisitivo das remunerações e a multiplicação de mais de duas vezes do orçamento para pesquisas e estudos. Para, além do fortalecimento institucional, o movimento de modernização se encontra em curso, com a realização de pesquisas que estavam postergadas (Pesquisa de Orçamento Familiar, Pintec e outras).

Somente em 2024, o IBGE tornou público mais de 240 pesquisas e estudos sobre a realidade brasileira, seguindo critérios técnicos e transparentes, em conformidade com as melhores práticas internacionais. Apesar disso, a instituição tem sofrido mais recentemente diversos ataques provenientes dos ideólogos e militantes da extrema direita e do neoliberalismo.⁷

De forma mais explícita, alguns representantes do governo federal do período de 2019-2022 realizam constantes críticas abertas ao IBGE, sobretudo aos resultados das pesquisas. Após o ano de 2022, por exemplo, os ataques se mantiveram com frequência na mídia e redes sociais, inclusive pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.⁸

De toda a forma, o IBGE segue comprometido com sua recuperação e modernização, passos fundamentais para manter ativa a independência técnica estatística e a produção técnico-científica a respeito do melhor conhecimento da realidade, pilares da democracia brasileira. Para isso, inova na construção do Sistema Nacional Geociências, Estatísticas e Dados

(SINGED) por meio da experimentação do Programa Nacional de Inteligência e Governança Estatísticas e Geocientíficas para subsidiar Políticas Públicas Preditivas no Brasil por meio de grande escala computacional de processamento e do uso da ciência de dados e da inteligência artificial soberana.⁸

***Marcio Pochmann**, professor titular de economia na Unicamp, é o atual presidente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Autor, entre outros livros, de *O sindicato tem futuro?* (Expressão Popular) [<https://amzn.to/416ZDtN>]

Notas

1. HACKING, I. *The Taming of Chance*. Cambridge University Press, 1990; PORTER, T. *Trust in Numbers*. Princeton University Press, 1995; BAUMAN, A. *Modernidade e holocausto*. Zahar, 1998; DESROSIÈRES, A. *The Politics of Large Numbers: A History of Statistical Reasoning*. Harvard University Press, 2002; ALY, G. *Hitler's Beneficiaries: Plunder, Racial War, and the Nazi Welfare State*. St Martins Press, 2008; BLACK, E. *IBM and the Holocaust: The Strategic Alliance Between Nazi Germany and America's Most Powerful Corporation*. Dialog Press, 2012.
2. SENETTA, E. *A Sketch of the History of Survey Sampling in Russia*. Journal of the Royal Statistical Society. Series A. 148 (2), 1985; BRUNT, I. *The Advent of the Sample Survey in the Social Sciences*. [Journal of the Royal Statistical Society. Series D](#). 50 (2), 2001; RAO, J. ; FULLER, W. *Sample survey theory and methods: Past, present, and future directions*. Survey Methodology. Statistics Canada. 145 Vol. 43, No. 2, 2017.
3. IMF *Consumer Price Index Manual: Theory and Practice*. 2004; DIEWERT, W. *The early history of price index research*. In: DIEWERT, W. ; NAKAMURA, O. (eds.) *Essays in Index Number Theory*. Vol. I. Elsevier Science Publishers, 1993.
4. UN *A System of National Accounts and Supporting Tables*, Studies in Methods No. 2, United Nations, Department of Economic Affairs, Statistical Office, 1953; UN *A System of National Accounts*, Studies in Methods Ser. F No. 2. Department of Economic Affairs, Statistical Office, 1968.
5. QUADROS, S. *Muito Além dos Índices: Crônicas, História e Entrelinhas da Inflação*. FGV, 2008; POCHMANN, M. *A magia nos índices de preços: uma sofisticação da política antiinflacionária no Brasil*. Revista Estudos de Planejamento, 1991.
6. ZERKOWSKI, R. ; VELOSO, M. A. *Seis décadas de economia brasileira através do PIB*. Revista Brasileira de Economia. 36 (3), 1982; BACHA, E. *Reestimating Brazil's GDP Growth from 1900 to 1980*. Revista Brasileira de Economia. 77 (3), 2023.
7. TAVARES, V. *IBGE sob ataque: como órgão se tornou alvo da direita e bolsonaristas nas redes*. BBC News Brasil, 16.06.2024; LANDIM, R. *Escolha de Pochmann para o IBGE é um perigo para as estatísticas*. CNM, São Paulo, 27/07/2023. CASA DAS GARÇAS *A tentativa de mudar qualquer coisa no IBGE vai criar confusão*. O Estado de S. Paulo, 27.11.2023.
8. PODER360 *Taxa de desemprego é mentira do IBGE, afirma Bolsonaro*. Poder 360. 27.12.2024; WHITACKER, A. *Por que há um boicote ao Censo e ao IBGE no governo Bolsonaro*. Jornal da Unesp, 06/05/2021; CURVELLO, A. *Bolsonaro questiona taxa de desemprego do IBGE e critica metodologia adotada*. Gazeta do Povo. 04.04.2019; LANG, M. *IBGE sob ataque: veja ocasiões em que Bolsonaro e Guedes criticaram o órgão*. Folha de S. Paulo, 04/04/2019. 9. POCHMANN, M. *O próximo Brasil: um olhar a partir das estatísticas*. Ideias&Letras, 2025; DANTAS, C. *Governança preditiva: o salto de dados do IBGE*. Poder360, 8.8.2025.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)